

31 de julho

Despesa primária sem medidas extraordinárias cresce 9,8%

Receita efetiva ajustada do FPCGD aumenta 7,7%

As Administrações Públicas registam, na ótica da contabilidade pública, um **saldo orçamental ajustado¹ de 1 810 milhões** de euros no primeiro semestre, o que corresponde a uma melhoria de 600 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2022.

No desempenho da **receita, que cresce 7,7%, em termos ajustados¹**, mantêm-se as dinâmicas positivas observadas no mercado de trabalho, que justificam cerca de dois terços do aumento: o IRS aumenta 14,8% e as contribuições sociais aumentam 11,3%.

Do lado da **despesa, regista-se um aumento de 6,5%** influenciado pelos seguintes fatores:

- No sentido ascendente, pelas medidas de reforço de rendimentos anunciadas no início do ano, designadamente o pacote de valorização remuneratória da Administração Pública (despesas com pessoal crescem 7,7%) e as medidas de apoio direcionado a famílias (prestações sociais sem medidas Covid-19, prestações de desemprego e pensões crescem 24,9%), bem como pelo reflexo da inflação nos contratos públicos.

O impacto do pacote anunciado ainda não reflete o aumento intercalar das pensões, que se repercutirá apenas a partir de julho.

- No sentido descendente, suplantado pelo anterior efeito, pela redução das despesas associadas à pandemia.

¹ Neste desempenho, a receita está ajustada dos 3 018 milhões de euros da transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos (FPCGD) para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Apesar de a operação em causa ser neutra no saldo na ótica de contas nacionais, assumindo uma natureza financeira, releva para a execução na ótica da contabilidade pública.

Quadro 1 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a junho

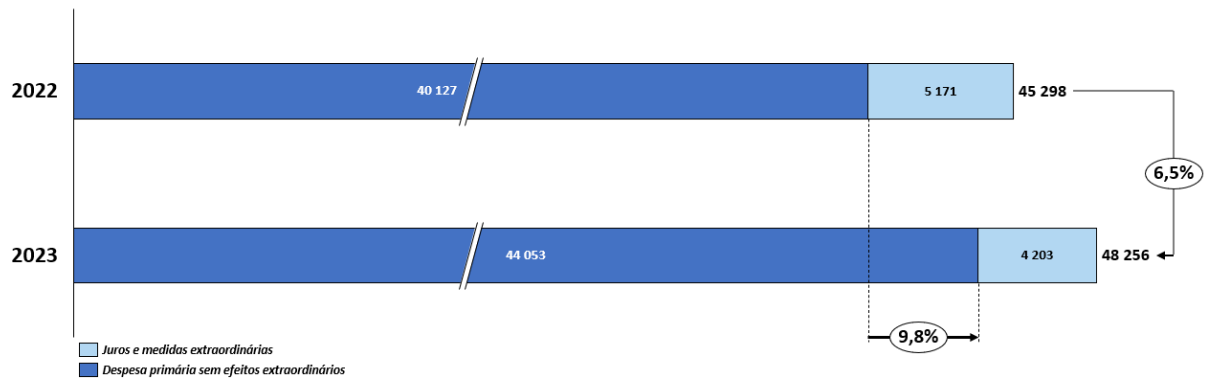
	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2022	2023	Absoluta	Relativa (%)
Receita corrente	45 150,4	48 653,4	3 503,0	7,8
<i>do qual:</i>				
Receita fiscal	26 034,9	28 231,2	2 196,2	8,4
Contribuições de Segurança Social	12 057,9	13 425,2	1 367,3	11,3
Receita de capital	1 357,7	4 431,1	3 073,4	226,4
<i>do qual:</i>				
Venda de bens de investimento	107,3	80,9	-26,4	-24,6
Transferências de capital	1 218,0	4 317,6	3 099,6	254,5
Receita efetiva	46 508,1	53 084,5	6 576,4	14,1
Receita efetiva ajustada FPCGD	46 508,1	50 066,2	3 558,1	7,7
Despesa corrente	41 975,9	44 402,2	2 426,3	5,8
<i>do qual:</i>				
Despesas com o pessoal	11 625,0	12 520,4	895,4	7,7
Aquisição de bens e serviços	6 427,6	6 913,6	486,0	7,6
Juros e outros encargos	3 336,9	3 384,6	47,7	1,4
Transferências correntes	19 189,2	20 386,0	1 196,9	6,2
Subsídios	1 000,4	962,7	-37,7	-3,8
Despesa de capital	3 321,6	3 853,8	532,2	16,0
<i>do qual:</i>				
Investimentos	2 776,3	2 829,7	53,4	1,9
Despesa efetiva	45 297,5	48 256,1	2 958,5	6,5
Saldo global	1 210,6	4 828,5	3 617,9	
Saldo global ajustado FPCGD	1 210,6	1 810,2	599,6	
Por memória:				
Despesa primária sem medidas COVID-19 e Impacto Geopolítico	40 126,9	44 052,6	3 925,7	9,8
Despesa primária	41 960,6	44 871,5	2 910,9	6,9

Despesa primária sem medidas extraordinárias cresce 9,8%

Excluindo medidas extraordinárias (medidas Covid-19 e de mitigação de choque geopolítico), a despesa efetiva cresce 9,1% em termos homólogos, enquanto a despesa primária (excluindo juros) cresce 9,8% em termos homólogos e 20,6% face a igual período de 2019.

Gráfico 1 - Despesa efetiva desagregada

Em milhões de euros



O aumento registado na despesa é impulsionado pelos salários, aquisição de bens e serviços, investimento e prestações sociais:

- As despesas com pessoal aumentam 7,7% no primeiro semestre de 2023, em relação ao período homólogo, refletindo as atualizações transversais remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Públicas, o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida e o aumento do subsídio de refeição. Neste âmbito, destaca-se o contributo dos salários do SNS (+9%) e da PSP e GNR (+8,3%).
- A despesa com aquisição de bens e serviços aumenta 7,6% face ao período homólogo (até maio crescia 5,7%), o que se deve sobretudo à evolução observada na Segurança Interna (+58,5%), no Ensino Superior (+30,1%), na Defesa (+24,8%) e na Administração Local (+15%). Excluindo as medidas associadas à pandemia de Covid-19, a despesa com aquisição de bens e serviços nas Administrações Públicas cresce 18,2% até junho (até maio crescia 16,1%).
- A despesa com investimento na Administração Central e Segurança Social cresceu 2,5%, excluindo PPP, fortemente influenciada pelo aumento do investimento na expansão do Metropolitano de Lisboa e do Porto e na Ferrovia, no sentido ascendente, e pelo efeito base da Universalização da Escola Digital, excluindo o qual se registaria um acréscimo de 32,2%.
- Excluindo medidas Covid-19 e pensões, as prestações sociais cresceram 20% face ao período homólogo (aumentavam 14% até maio), refletindo, em grande medida, a

atualização do indexante de apoios sociais das valorizações remuneratórias, bem como dos impactos decorrentes das alterações legislativas.

Este desempenho foi fortemente influenciado pelo comportamento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens (+29,5%), prestação social para a inclusão (+25,6%), e prestações de parentalidade (+11,4%).

- As pensões registaram um acréscimo de 5,4%, um valor superior à atualização regular que variou entre 3,89% e 4,83% estabelecida para este período e que ainda não reflete o aumento intercalar já anunciado para o mês de julho.

Stock de pagamentos em atraso mantém-se inferior ao verificado no mesmo período de 2022

Em junho de 2023, o stock de **pagamentos em atraso** era de 737 milhões de euros, um valor 12,4% inferior ao de junho de 2022 (- 104 milhões de euros).

Nesta matéria, destaca-se a redução muito significativa nos Hospitais EPE, cujo stock diminuiu 31,8% (ou seja, menos 193 milhões de euros).

Para mais informações:

Assessoria de Imprensa

imprensa@mf.gov.pt